

DADOS GEOGRÁFICOS: OS BENEFÍCIOS DAS PESQUISAS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS PARA O TRABALHO DOCENTE

Bruno Augusto de Souza¹

RESUMO: Este estudo aborda os benefícios de dados geográficos contidos nas pesquisas de órgãos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e a Fundação João Pinheiro (FJP) para o trabalho docente. Esse estudo se justifica pela reflexão ao construir a dissertação intitulada "Da integração nacional à fragmentação regional: Valparaíso de Goiás (GO) e a segregação residencial produzida por um processo integrador/fragmentador", que aborda conceitos como: espaço geográfico; território; urbanização; industrialização; segregação residencial; metrópole; e, metropolização, e que as pesquisas de tais órgãos servem para consolidar a desigualdade presente no município de Valparaíso de Goiás em questão. A dissertação se encontra em processo de construção com resultados parciais, por isso, ao analisar os resultados, afirmamos que os dados podem ser utilizados em sala de aula para demonstrar as consequências dos programas habitacionais implantados no Brasil recentemente. Além de demonstrar em sala de aula, tais dados podem ser demonstrados para docentes que desconhecem tais dados, o que ajudaria os mesmos em sala de aula. A utilização de tais dados servem para que os alunos mediem a realidade, e construam um ponto de vista crítico e verdadeiro em relação ao apresentado na mídia. Dessa forma, os dados disponibilizados de forma gratuita por meio dos referidos órgãos, abarcam e reafirmam as dificuldades de muitas famílias brasileiras, de não possuírem renda suficiente para adquirir uma moradia digna, e mesmo de mostrar que os programas habitacionais não beneficiam a população de baixa renda, discurso oficial daqueles que implantam tais programas habitacionais.

Palavras-chave: Geografia; SIG; Análise; Compreensão da realidade.

Justificativa

Há três justificativas primordiais para a composição desse trabalho, a primeira delas é o desenvolvimento da dissertação "Da integração nacional à fragmentação regional: Valparaíso de Goiás (GO) e a segregação residencial produzida por um processo integrador/fragmentador". A dissertação se encontra em processo de construção com resultados parciais. Ao utilizar dados de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e a Fundação João Pinheiro (FJP), reforçam o desenvolvimento desigual presente no território do município em questão, mas também no Brasil como um todo.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais e Humanidades: TECCER da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Graduado em Geografia pela UEG. E-mail: b.a.desouza@hotmail.com

A segunda justificativa primordial é o fato de estar em contato com a tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Estagiei no Laboratório de Geoprocessamento (LABOGEO) e no Laboratório de Geografia Urbana e Regional (LAGUR) na graduação, desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão, e com tal tecnologia, pode-se analisar as vantagens que o geoprocessamento produz para análise espacial e compreensão da realidade com dados e *softwares* disponibilizados gratuitamente.

Já a terceira justificativa perpassa pela questão da minha aplicação de mini aulas a respeito dos bancos de dados dos órgãos em questão - IBGE, IPEA, FJP -, facilitando as pesquisas de docentes e de discentes na graduação e no mestrado.

A prática docente em Geografia faz com que formamos sujeitos críticos e que conheçam a realidade. Tais dados são representações da realidade por meio de números. Com isso, nada mais justo que utilizá-los para criar a noção crítica nos alunos das diferentes fases da educação básica.

Afirma-se a importância do ensino além da sala de aula na disciplina de Geografia, no Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2012, p. 170) observa-se essa questão:

[...] aponta também a importância do desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita com os estudantes para a ampliação, aprofundamento e domínio de conceitos que possibilitam a intermediação com a realidade, com a cultura do adolescente, com a escola e para além da escola. Dessa maneira, ensinar a ler e escrever em Geografia é levar o estudante a ir além de localizar-se e descrever o espaço, é ajudá-lo a situar-se e posicionar-se diante do seu espaço e de situações do dia-a-dia.

Grande parte dos estudantes do ensino básico possuem acesso a *internet* de maneira remota ou não. Os mesmos podem utilizar de maneira simplista, utilizando para acessar somente redes sociais, por exemplo, e o papel do professor de Geografia é mostrar e incentivar a pesquisa relacionada com temas desconhecidos - por parte dos alunos - da realidade presente em seu município, estado e país.

De acordo com Cavalcanti (2002, p. 13), "o objeto do estudo geográfico na escola é, pois, o espaço geográfico, entendido como um espaço social, concreto, em movimento". O docente por meio do convívio em sala de aula, deve analisar a compreensão dos alunos em seu meio social, para transparecer o conteúdo de uma maneira fácil e mostrar que a Geografia está presente em seu cotidiano. "O esforço de quem ensina é fazer com que as crianças desenvolvam a capacidade de atribuir significado ao que estão fazendo" (MORETTO, 2007, p. 14), sem essa significação, a missão do bom docente em Geografia dificultará em muito, os

alunos ficarão desinteressados pela disciplina, onde há conteúdos não presentes com sua realidade. "Conhecer e dominar a linguagem são recursos que caracterizam o professor competente no ensinar" (MORETTO, 2007, p. 28).

Os docentes de acordo com o Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2012, p. 170) demonstra que a maneira de trabalhar assuntos referentes a cartografia:

[...] evidencia a utilização de diferentes linguagens e recursos variados no processo de ensino e aprendizagem e enfatiza a importância da linguagem cartográfica como fundamental na construção do conhecimento Geográfico. A Cartografia é entendida nesta proposta como linguagem peculiar da Geografia e, ao mesmo tempo, como conteúdo que deve ser trabalhado com os estudantes para o desenvolvimento de noções, conceitos e habilidades. Portanto, deve ser entendida, nesta proposta, como conteúdo relevante que deve ser trabalhado em todo o ensino, de maneira sequencial, para os estudantes apropriarem-se desta linguagem.

Na complementação, no Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2012, p. 170) cita que, "assim, eles podem desenvolver habilidades da alfabetização cartográfica fundamentais para a observação, leitura, comparação, interpretação, construção e tratamento das informações contidas nos mapas, cartas e em outras formas de representação".

Nessa premissa observa-se a importância da interpretação por parte dos alunos de inúmeras representações cartográficas, sabe-se que a construção de mapas temáticos detêm um valor para cada fato, isso de acordo com a determinada atribuição, um mapa que é confeccionado para demonstrar valores econômicos de grande porte em uma cidade, ao se inverter, pode-se demonstrar os aspectos segregativos que contém no espaço urbano.

O que se busca de maneira eficaz, é a interpretação dos fatos presentes em nosso cotidiano, e nada mais é coeso para a compreensão de alguma realidade do que estar ali no local que essa dinâmica se constitui, de que adianta os alunos construir representações cartográficas a respeito de fenômenos urbanos, sem antes analisarem e compreenderem a realidade que estão vivenciando? Torna-se um fator preponderante a análise, interpretação e compreensão da realidade social, seja em seu bairro, cidade, ou qualquer outra escala que é vivenciada por parte dos alunos.

Os novos docentes ou com uma carreira inteira pela frente podem ao rever conceitos da educação, se desmotivarem por diversos motivos: a pressão promovida por gestores; a falta de empenho por parte de alguns alunos; cargas horárias absurdas, esses dentre inúmeros fatores, mas de acordo com Moretto (2007, p. 11), "[...] é preciso ter esperança e

tenacidade. [...] uma perspectiva que privilegie o processo da construção individual do conhecimento, com a mediação do conhecimento socialmente construído".

É fato que boa parte dos docentes que ali regem os alunos não conhecem as vantagens do SIG, por falta de conhecimento tecnológico, falta de tempo para conhecer novas realidades ou mesmo por possuir grande parte do conteúdo esquematizado ao longo do tempo, devido a anos de experiência docente.

Outro fator positivo desse estudo em questão é de que ao trabalhar com dados geográficos diversos, treinamentos com os docentes da rede de educação também não são descartados, pois isso ajudaria em temas desconhecidos por parte dos docentes com muitos anos de serviço.

A constituição do SIG é conhecida e utilizada em nosso meio, muitas pessoas já obtêm consultas regulares a *softwares* como *Google Earth* para buscar informações de locais desconhecidos, não visitados, também utilizam para traçar rotas para viagens de trabalho ou lazer, torna-se um meio facilitador para conhecer lugares antes não visitados. As atualizações das imagens de satélite disponíveis é outro meio eficaz para a visualização de grande parte do Planeta Terra.

O que muito não se utiliza nos dias regulares são os meios técnicos para trabalhar e manipular essas informações com critérios científicos, para constituir análises, estudos, georreferenciamento e demais opções presentes nos *softwares* específicos, como *ArcGIS*, *TerraView* e *gvSIG*, para citar alguns.

Com isso, o SIG ajuda em diversos aspectos na contextualização da aprendizagem por parte dos alunos e mesmo dos professores que não possuem tal conhecimento, pois, aborda os diversos fatores de análise das representações cartográficas e também a coleta de dados, fato importantíssimo para a compreensão da realidade local. Os alunos ao se deslocarem com os objetivos em mãos, começam a diferenciar os locais com melhor infraestrutura dos que possuem precariedade de infraestrutura e mediam com significação o que presenciam. E os professores que não conhecem tais bancos de dados podem tomar conhecimento, facilitando sua prática docente.

Objetivos

Apresentar aos alunos a importância da informação presente em uma representação cartográfica georreferenciada.

Analisar as diversas contextualizações que levam a leitura pertinente de determinada representação cartográfica.

Demonstrar aos docentes que desconhecem os bancos de dados geográficos presentes em diversos *sites* de órgãos públicos.

Compreender os aspectos sociais como desigualdade social, por meio da análise dos dados presentes.

Confrontar o discurso implantado na mídia de como os programas habitacionais não favorecem a população de baixa renda no Brasil.

Metodologia

A metodologia empregada será a análise dos dados geográficos presentes nos bancos de dados disponibilizados dos órgãos em questão, com isso, buscamos a compreensão de tais dados ao analisar questões como a concentração de renda, aumento no déficit habitacional, entre outros.

Pode-se também construir mapas temáticos com os dados obtidos. Para construir mapas, é necessário um *software* de geoprocessamento para incluir as camadas e verificação dos resultados analisados.

Discussão Teórica

O espaço habitado pelo homem é produto de relações travadas socialmente. O processo de produção do espaço é marcado por uma expressiva diversidade de elementos revelados pela paisagem; que, por sua vez, é uma representação das ações do homem no espaço. Os elementos capturados pela paisagem indicam, a partir de suas formas e seus conteúdos, as intenções contraditórias de uma sociedade marcada por classes antagônicas, repletas de tensões e conflitos.

Produzido em um ambiente conflituoso, o espaço geográfico evidencia diferenças. Há espaços que se destacam por terem dinâmicas rapidamente alteradas, enquanto outros permanecem por longo tempo apresentando as mesmas estruturas, formas e funções. Entre os fatores que se destacam no processo de alteração das dinâmicas espacialmente manifestadas estão os de caráter demográfico.

Nesta perspectiva, o espaço é uma categoria de análise da realidade caracterizada por uma ampla gama de possibilidades. Quando abordamos as relações de poder manifestadas

espacialmente, penetramos em uma especificidade do espaço representada por uma outra categoria: o território. Para Souza (2009), o território é produto de relações de poder centradas em disputas políticas e econômicas. Todavia, isso não quer dizer que a cultura seja irrelevante no processo de produção do território, pois ele é definido por três elementos principais: as relações de poder, as redes e as identidades. A ação indissociável destes elementos promove a constituição de inúmeras territorialidades, ou seja, o território é um produto social historicamente espacializado (SAQUET, 2009).

No bojo das relações territoriais assimetricamente estabelecidas, os deslocamentos populacionais evidenciam escalas dos jogos de poder. Ao tratar de questões urbanas, devemos calibrar nosso olhar investigativo e definir os recortes e as dimensões da pesquisa. O estudo em curso está centrado na produção e reprodução² de um espaço urbano, entendido como produto de conflitos em torno da hegemonia de sua hierarquização, no contexto de um sistema produtivo em que impera a propriedade privada dos meios de produção. Por esta razão, o território é a categoria de análise privilegiada; assim como: espaço urbano, cidades e segregação residencial.

Nesta perspectiva, citamos o município de Valparaíso de Goiás, integrante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), região metropolitana que representa um cenário de crescimento e deslocamentos populacionais vertiginosos.

Analisando esta intrincada temática, Corrêa (1995) apresenta e qualifica os agentes produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais segregados. Cada agente apresenta uma característica, sendo o Estado, segundo Corrêa (1995), o regulador do processo de produção do espaço. Ele é pressionado por interesses dos demais agentes e subsidia suas ações de forma desigual, promovendo a valorização diferencial do solo urbano.

² De acordo com Carlos (2007, p. 20-21): "A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. Desloca-se, assim, o enfoque da localização das atividades no espaço, para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução do espaço da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade - neste contexto, a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida".

Os agentes situados de maneira privilegiada no interior das relações sociais assimétricas, trabalham em prol de uma distribuição desigual da renda e dos recursos advindos da exploração capitalista do solo e das relações urbanas. A partir de um modelo socialmente perverso, uma oposição é engendrada: de um lado, a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria; de outro, a “proliferação” de déficits sociais vinculados à restrição no acesso a serviços e equipamentos públicos. Como subproduto desta oposição materializada intencionalmente, grande parte da população encontra-se imersa em problemas só minimizados por meio de protestos, sistematicamente criminalizados pelas estruturas de poder.

Ao considerar a produção desta realidade, um fato deve ser destacado: os investimentos realizados no território urbano são distribuídos de maneira desigual. A grande tarefa dos agentes hegemônicos, apresentados por Corrêa (1995), é planejar e gerir a valorização diferencial do solo urbano. Esta, por sua vez, está relacionada a oferta de equipamentos e serviços urbanos oferecidos de maneira desigual, garantindo a reprodução ampliada do capital, a partir da mercantilização de um solo urbano parcelado e destituído de sua função social.

A valorização desigual do solo urbano estabelece uma seletividade no acesso à habitação. Esta seletividade é representada por conceitos como segregação e auto-segregação³. A compreensão de tais processos solicita o entendimento de que no sistema capitalista o espaço socialmente produzido é mercadoria. Como tal, existem determinadas condições materiais para que o mesmo possa ser adquirido. Assim, nem todos tem acesso a um solo urbano mercantilizado.

No curso de um processo de valorização diferenciada, as cidades apresentam espaços destinados às classes com maior poder aquisitivo e espaços direcionados à classe trabalhadora; além das áreas ocupadas pelos que não possuem renda suficiente para comprar nem mesmo uma parcela pequena de um solo urbano menos valorizado. A partir desta realidade desigual, determinados segmentos sociais são compulsoriamente alocados em “áreas” sem equipamentos e serviços urbanos. No tocante a essa realidade, Corrêa (1995, p. 63) afirma que "os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências [...].

³ A segregação é definida como uma concentração de tipos de população dentro de um determinado território (CORRÊA, 1995). Há a segregação e a auto-segregação. A primeira forma define o local daqueles com menor poder econômico residirão, pois por não possuir renda suficiente para selecionar os melhores locais para residência, os mesmos são "devorados" pela seletividade perversa com que os agentes imobiliários manipulam o território. Os segregados muitas vezes residem em áreas de risco e também sem equipamentos urbanos suficientes para atender tal demanda. Já a auto-segregação é aquela que os moradores com maior poder econômico tem liberdade (e dinheiro) para selecionar onde querem residir. Os que se auto-segregam selecionam as melhores áreas, com quantitativo superior de equipamentos urbanos e demais fatores positivos.

Os terrenos com menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda". Estes últimos não têm possibilidade de escolha.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 138, grifo do autor):

A classe operária sofre as conseqüências da explosão das antigas morfologias⁴. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. [...] Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). Para aqueles que ainda duvidariam de sua existência como classe, a segregação e a miséria de seu "habitar" designam na prática a classe operária.

Ao abordar esta questão, Corrêa (1995, p. 65-66) oferece elementos para a identificação de um processo segregador específico, a segregação residencial:

[...] a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução. Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro.

Os terrenos destinados às classes com maior poder aquisitivo são apresentados por campanhas publicitárias com vistas ao mascaramento da realidade. O objetivo é vincular um lugar específico a um conceito de qualidade de vida diferenciado, acessível somente aos que têm condições de arcar com os custos elevados de uma parcela super-valorizada de um solo determinado (MELLO, 2009). De acordo com Sposito (2012, p. 140):

[...] em sociedades com grandes disparidades como a brasileira, a valorização exacerbada dos novos produtos imobiliários que se apresentam no mercado, são portadores de sistemas de controle e vigilância e representativos da ideia de que é possível alguma segurança num mundo de imponderabilidades.

A respeito da relação do Estado na condução dos interesses da classe dominante, Corrêa (1995, p. 64) afirma que:

⁴ Essa explosão está ligada aos problemas da cidade e da sociedade urbana, que foram: as questões da moradia e do habitat, as questões da organização industrial e da planificação global. As primeiras por baixo, as segundas por cima, produziram uma explosão da morfologia tradicional das cidades, enquanto prosseguia a urbanização da sociedade. Donde uma nova contradição se acrescentava às outras contradições não resolvidas da sociedade existente, agravando-as (LEFEBVRE, 2001).

A classe dominante ou uma de suas frações, [...] segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado.

Em síntese, a produção do espaço urbano é controlada pelos que estão posicionados de maneira privilegiada nas relações de poder reguladas pelo Estado. Por meio de pressões, os segmentos detentores dos meios de produção, bem como os proprietários de terras, cooptam os agentes do Estado, com vistas a promoção de uma gestão do território viabilizadora da concentração do capital.

Em um movimento contrário, os segmentos afetados pelo processo segregador postulam alterações no modelo de produção da realidade vigente. Contudo, devemos ter em mente que as ações questionadoras emergem no interior de uma sociedade heterogênea. Os segregados não formam um bloco social territorializado de maneira homogênea e uniforme (MELLO, 2009).

Esta heterogeneidade está presente na obra de Lefebvre (2001), que investigou a “cidade e o urbano”⁵ no contexto das revoluções burguesas, relacionando-os aos processos de urbanização e industrialização, no qual emergem pavilhões e conjuntos habitacionais. Segundo o autor, a partir das relações desiguais produzidas no decorrer do processo de urbanização-industrialização⁶, podemos investigar as modificações na configuração nas

⁵ Lefebvre (2001, p. 54-55, grifos do autor) afirma que "se considerarmos a cidade como *obra* de certos "agentes" históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu "produto". Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma "natureza", um campo e um meio. [...] Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. [...] Há portanto uma ocasião em uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social. Talvez, devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico - e por outro lado o "urbano", realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, esta distinção se revela perigosa e a denominação proposta não é manejada sem riscos. O *urbano* assim designado parece poder passar sem o solo e a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária. [...] A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra "o urbano" não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas a têm ou não a têm. Se não a têm, se o "urbano" e a sociedade urbana são concebidos sem essa base, é que são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e sua encarnação através do pensamento urbanístico e da consciência: através de nossas "reflexões". Se não as encontrarem, essas possibilidades parecem; estão condenadas a desaparecer. O "urbano" não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica".

⁶ Para Lefebvre (2001, p. 16, grifos do autor): "Temos à nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois "aspectos" deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais

relações travadas entre a cidade e o campo, em uma perspectiva que situa a cidade como um lugar privilegiado na reprodução ampliada do capital, que passou a concentrar os destituídos do capital. A ausência das condições materiais para reproduzir as existências marginais promoveu uma heterogeneidade de modos de vida voltados para a manutenção da existência, mesmo que precariamente.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 70, grifos do autor):

[...] A cidade tem uma dimensão *simbólica*; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão *paradigmática*; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado. Finalmente, ela possui também a dimensão *sintagmática*: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias⁷.

Ao possuir uma dimensão simbólica, a cidade se mostra como local de uma reprodução existencial para aqueles que nela vivem, seja de forma harmoniosa ou conflituosa, refletindo nas ações dos habitantes.

A cidade é o lugar em que os investimentos de capital são maiores, visto que bancos, companhias de seguros, empreiteiras, fábricas, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, investidores individuais e ordens religiosas estão nela concentrados (CORRÊA, 2012). A partir desta concentração, ela se torna o *locus* dos conflitos sociais (CORRÊA, 1995), por atrair migrantes em busca de oportunidades de trabalho etc.

Como exemplo de local constituído pela atração de migrantes, utilizamos Valparaíso de Goiás para retratar tal realidade, e de como os dados disponibilizados servem para reforçar como o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida privilegia os promotores imobiliários em detrimento da população de baixa renda.

que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos".

⁷ Lefebvre (2001, p. 67, grifos do autor) define que as isotopias são os espaços políticos, religiosos, culturais, comerciais etc. Em relação às isotopias, os outros níveis se descobrem como heterotopias. "Entretanto, em cada nível são descobertas oposições espaciais que entram nessa relação: isotopia-heterotopia. Por exemplo a oposição entre o "habitat" coletivo e o "habitat" do pavilhão. No plano específico, os espaços também podem ser classificados conforme esse critério da isotopia-heterotopia, constituindo a cidade inteira a isotopia mais ampla, que engloba as outras, ou antes que se sobrepõe às outras (aos) subconjuntos espaciais ao mesmo tempo subordinados e constituintes). Uma tal classificação por oposições não poderia excluir a análise dos níveis, nem a do movimento de conjunto com seus aspectos conflitantes (relações de classes, entre outras)". É importante destacar que os níveis que definem as isotopias são dois: O primeiro vai do mais geral ao mais singular (das instituições para a vida cotidiana) e descobre então a cidade como plano específico e como mediação relativamente privilegiada. O segundo nível parte desse plano e constrói o geral utilizando os elementos e significações do observável urbano; nessa segunda hipótese "procede da mesma maneira para atingir, sobre o observável, o "privado", a vida cotidiana dissimulada: seus ritmos, suas ocupações, sua organização espaço-temporal, sua "cultura" clandestina, sua vida subterrânea".

No Censo de 2000 do IBGE, o município de Valparaíso de Goiás possuía 94.856 habitantes. Já no Censo de 2010, a população era de 132.982 habitantes (IBGE, 2014b). Nos dados estimativos do IBGE de 2014 (IBGE, 2014a), esse município possui atualmente 150.005 habitantes.

As políticas habitacionais são importantes para que as famílias de baixa renda adquiram um imóvel. Mas, no Brasil, as políticas implementadas aumentam a desigualdade socioeconômica. Neste contexto, um fato a ser destacado é a ausência de controles rigorosos no processo de aquisição de imóveis por meio dos programas habitacionais; o que beneficia empresas e organizações econômicas, em detrimento dos segmentos sociais que justificam as verbas destinadas aos programas habitacionais.

Para demonstrar o déficit habitacional de Valparaíso de Goiás, utilizamos os conceitos, assim como os *softwares* da Fundação João Pinheiro de 2000 e de 2010, que possuem informações dos municípios brasileiros, como: déficit habitacional urbano, domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel, dentre outras variáveis. Tais variáveis foram construídas por meio de dados dos Censos de 2000 e de 2010 do IBGE.

O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas, em razão da precariedade das construções; incluindo, ainda, a necessidade de incremento de estoque, em função da coabitação familiar forçada: caracterizada pelas famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar, mas são impedidas por questões vinculadas a renda, redundando em uma grande densidade em casas e apartamentos alugados. O conceito de déficit habitacional considera, também, a moradia em edificações com fins não residenciais (FJP, 2013); ou seja, o déficit habitacional pode ser entendido como: déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque (FJP, 2013).

De acordo com a metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), o déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano; e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores.

A forma de cálculo garante que não haja uma dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes

secundárias. De acordo com tal metodologia, Valparaíso de Goiás possuía, em 2000, 3.048 domicílios de déficit habitacional, correspondendo a 12,42% do total de domicílios no período (total de 24.539 domicílios). Em 2010, o total era de 6.102 domicílios em déficit habitacional, que correspondia a 15,49% (total de 39.379 domicílios), ou seja, o déficit habitacional teve um acréscimo de pouco mais de 3% em uma década em Valparaíso de Goiás.

O Minha Casa, Minha Vida é um programa governamental que tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro. Esse programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$1.600 (faixa 1), até R\$3.275 (faixa 2) e até R\$5.000 (faixa 3). Além da construção das unidades habitacionais (Minha Casa, Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015).

Para as famílias da faixa 1, a Caixa Econômica Federal oferece um financiamento de até 120 meses (10 anos), com prestações mensais na casa de 5% da renda bruta da família, sendo o valor mínimo da parcela de R\$25,00 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

Como parâmetro consideramos que de 2007 – ano de início das ações do Programa Minha Casa, Minha Vida - a 2010 não ocorreu uma redução no déficit habitacional, mas um aumento: houve um aumento populacional e o Minha Casa, Minha Vida não contemplou a faixa 1 de renda em tal município⁸.

Contudo, dados do IBGE comprovam a expressiva existência de demandas por unidades da faixa 1. Esta afirmação encontra amparo nos Censos de 2000 e 2010. As variáveis de rendimento nominal mensal dos responsáveis pelo domicílio, em nosso entendimento, constituem uma fonte segura para balizar a distância entre os discursos oficiais e a realidade materializada. Nesse estudo, demonstramos os dados do Censo de 2010 por meio de cinco mapas temáticos (Mapas 01, 02, 03, 04 e 05).

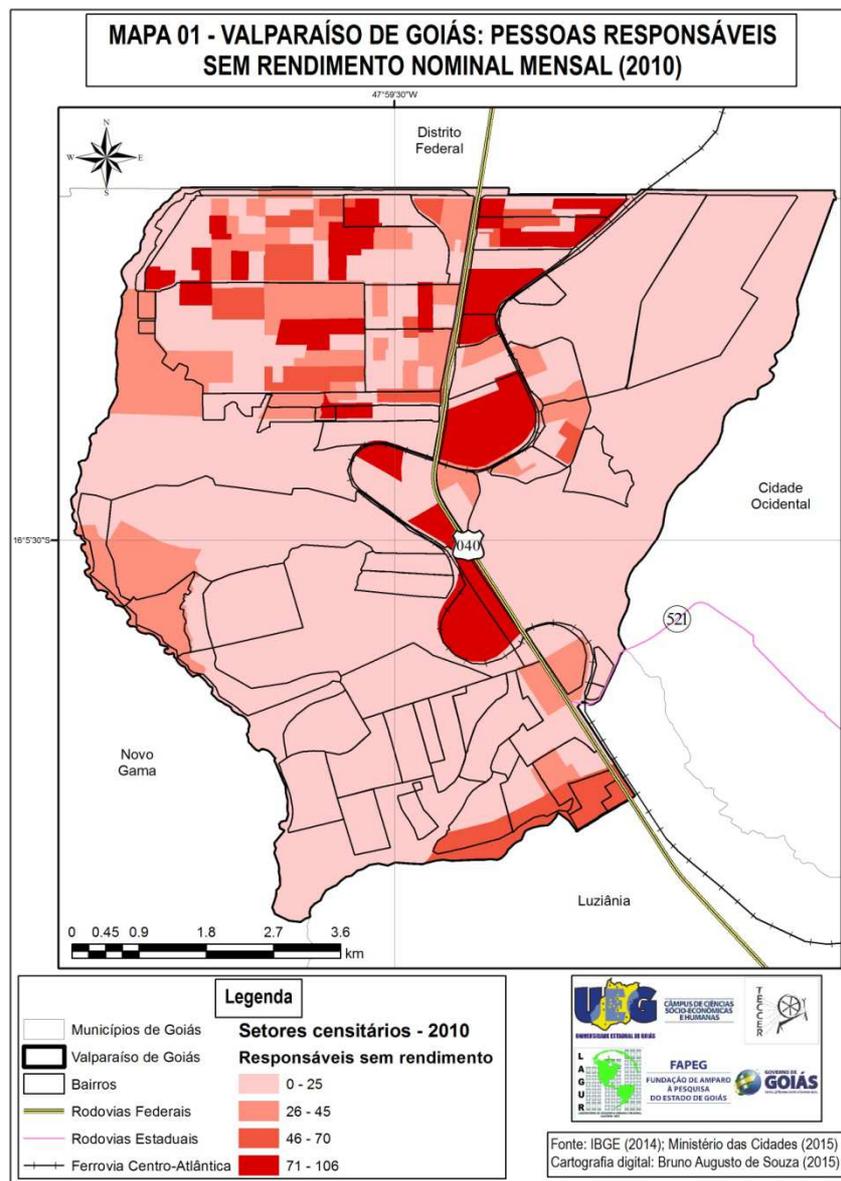
O censo de 2000 apresenta 1º de agosto como data de referência, enquanto o Censo de 2010 traz o dia 31 de julho de 2010 como data de referência. Na data de referência do Censo de 2000, o salário mínimo no Brasil era de R\$151,00, já no período do Censo de 2010, o salário mínimo era de R\$510,00⁹.

A análise dos últimos dois Censos realizados é importante para a investigação em curso, pois possibilitam a elaboração de uma cartografia da alteração da densidade

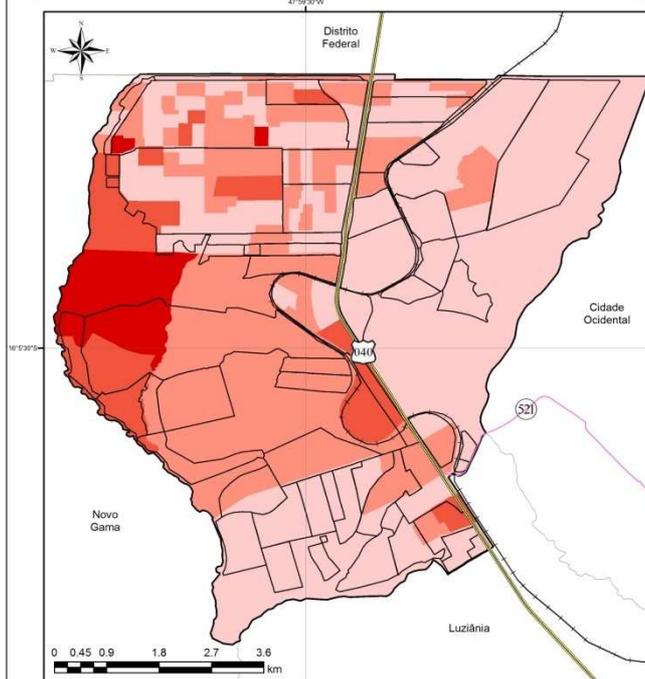
⁸ De acordo com Vieira (2014), o Programa Minha Casa, Minha Vida não apresentou nenhum contrato na faixa 1 em Valparaíso de Goiás. Na faixa 2 foram contratados 1.660 empreendimentos; e na faixa 3, 2.514 empreendimentos. Assim, no período citado foram contratadas 4.174 unidades habitacionais, mas nenhuma para a faixa 1, que abarca a população de menor renda e maior vulnerabilidade.

⁹ O salário mínimo em vigência (ano de 2015) é de R\$788,00.

populacional no município de Valparaíso de Goiás. Os Censos possuem inúmeras variáveis e selecionamos aquelas que demonstram a inclusão de muitas famílias na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida. Os dados dos dois Censos indicam o expressivo aumento de domicílios no município, revelado pelo aumento substancial no quantitativo de setores censitários entre 2000 e 2010.



MAPA 02 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: PESSOAS RESPONSÁVEIS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DE ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO (2010)

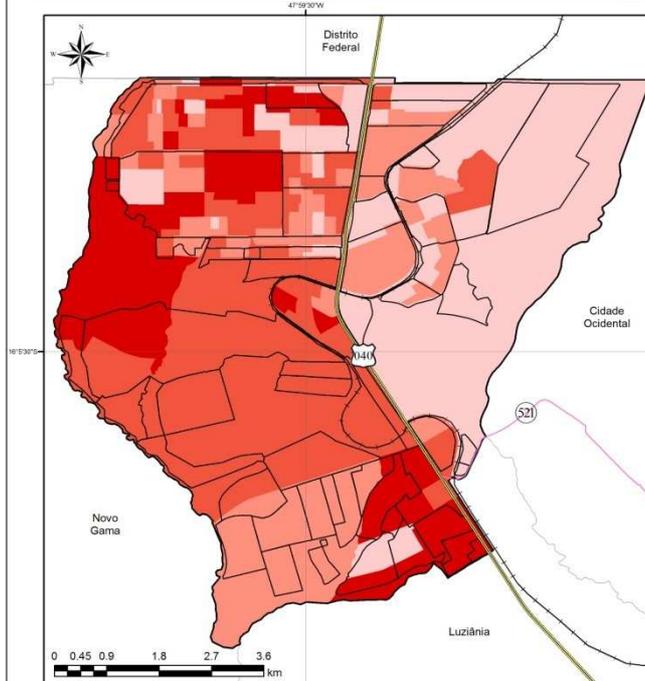


Legenda	
	Municipios de Goiás
	Valparaíso de Goiás
	Bairros
	Rodovias Federais
	Rodovias Estaduais
	Ferrovia Centro-Atlântica

Setores censitários - 2010	
Responsáveis com até ½ salário mínimo	
	0 - 3
	4 - 9
	10 - 17
	18 - 27

Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)
Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2015)

MAPA 03 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: PESSOAS RESPONSÁVEIS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DE ½ A 1 SALÁRIO MÍNIMO (2010)

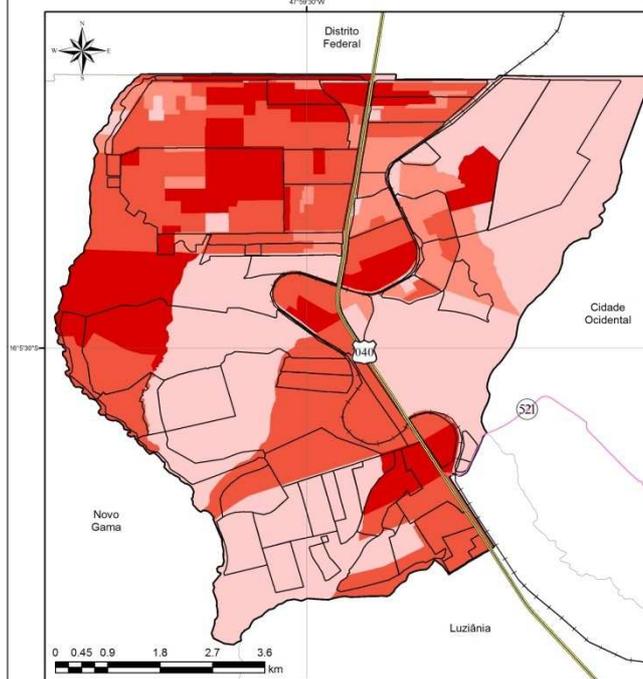


Legenda	
	Municipios de Goiás
	Valparaíso de Goiás
	Bairros
	Rodovias Federais
	Rodovias Estaduais
	Ferrovia Centro-Atlântica

Setores censitários - 2010	
Responsáveis de ½ a 1 salário mínimo	
	0 - 22
	23 - 46
	47 - 76
	77 - 138

Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)
Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2015)

MAPA 04 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: PESSOAS RESPONSÁVEIS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS (2010)

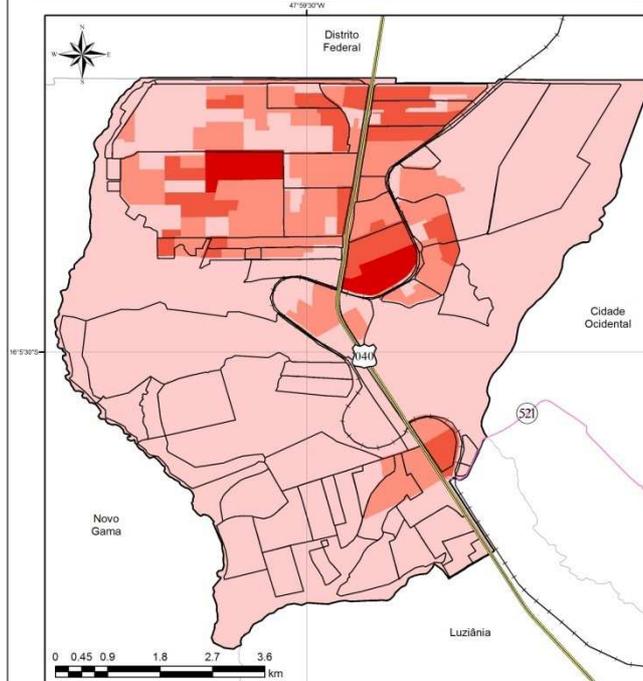


Legenda	
	Municipios de Goiás
	Valparaíso de Goiás
	Bairros
	Rodovias Federais
	Rodovias Estaduais
	Ferrovia Centro-Atlântica

Setores censitários - 2010	
	Responsáveis de 1 a 2 salários mínimos
	0 - 25
	26 - 50
	51 - 100
	101 - 331

Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)
 Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2015)

MAPA 05 - VALPARAÍSO DE GOIÁS: PESSOAS RESPONSÁVEIS COM RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS (2010)



Legenda	
	Municipios de Goiás
	Valparaíso de Goiás
	Bairros
	Rodovias Federais
	Rodovias Estaduais
	Ferrovia Centro-Atlântica

Setores censitários - 2010	
	Responsáveis de 2 a 3 salários mínimos
	0 - 25
	26 - 50
	51 - 100
	101 - 265

Fonte: IBGE (2014); Ministério das Cidades (2015)
 Cartografia digital: Bruno Augusto de Souza (2015)

Com a análise dos mapas, percebemos que a população de baixa renda em Valparaíso de Goiás não foi priorizada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Se compararmos o cenário do município com os dados do Censo de 2000 com os de 2010, vemos que com o aumento populacional, ocorreu também o aumento nas desigualdades socioeconômicas.

Se somarmos o quantitativo dos responsáveis que se encaixavam na faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2010, chegamos a incrível marca de 31.023 responsáveis com rendimento de até 3 salários mínimos (sem contar aqueles que recebiam de 3 a 5 salários mínimos). Esse número representa 78,64% dos responsáveis pelo domicílio em Valparaíso de Goiás, e atesta os benefícios do Programa com os promotores imobiliários em detrimento das famílias de baixa renda.

Resultados

Esse estudo se faz como uma pesquisa para aplicação futura e não possui resultados. Com a experiência obtida ao longo dos anos na graduação, e atualmente no mestrado, verifico as inúmeras possibilidades que o SIG oferece para a análise e compreensão da realidade presenciada por alunos de diversas idades, assim como auxílio para diversos docentes.

Referências Bibliográficas

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em abr./2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. - Goiânia: Alternativa, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 41-51.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional municipal no Brasil**. FJP Centro de Estatística e Informações - Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em set.-out./2014a.

_____. **SIDRA - Censos demográficos de 2000 e 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000cgp.asp?o=27&i=P>>. Acesso em nov./2014b.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MELLO, Marcelo de. **Brasília, Águas Lindas de Goiás e o (Des)Encontro da Racionalidade com a Irracionalidade**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em abr./2015.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. - 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 73-94.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 57-72.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123-145.

VIEIRA, Rosângela Viana. **A Reprodução do Espaço na MetrÓpole**: a habitação como negócio urbano. Tese (doutorado), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2014.